

Maílson admite nova moratória brasileira em setembro

Gilson Barreto

SÃO PAULO — O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, admitiu que o Brasil poderá decretar nova moratória no pagamento dos juros devidos aos credores externos, caso as reservas cambiais brasileiras (hoje em torno dos US\$ 6 bilhões) sofram processo de forte desgaste em setembro. A possibilidade de haver esgotamento das reservas brasileiras se explica diante da dificuldade na obtenção de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que impossibilita a concessão de créditos setoriais do Fundo Nakasone — plano de assistência econômica do governo japonês — e do Banco Mundial (Bird) e a terceira parcela de dinheiro novo de US\$ 600 milhões por parte dos bancos credores, recursos esses, de uma forma ou outra vinculados ao acerto do Brasil com o FMI.

Maílson da Nóbrega transmitiu esse recado durante entrevista no programa *Vamos sair da Crise*, transmitido pelas TVs Gazeta, de São Paulo, e Nacional, de Brasília. Ele explicou que o ponto de honra da atual administração é a proteção das reservas cambiais e da política de câmbio único do Brasil. "Nós nos reunimos recentemente com o presidente Sarney e recebemos a orientação de resistirmos bravamente a qualquer ação que implique na destruição da política cambial brasileira", afirmou, categórico, o ministro. O Brasil deve pagar cerca de US\$ 2,3 bilhões de juros aos

bancos credores em setembro, mas pode praticamente arrombar seu caixa caso as liberações previstas por parte dos governos e bancos não venham a ocorrer por falta de um acordo com o FMI.

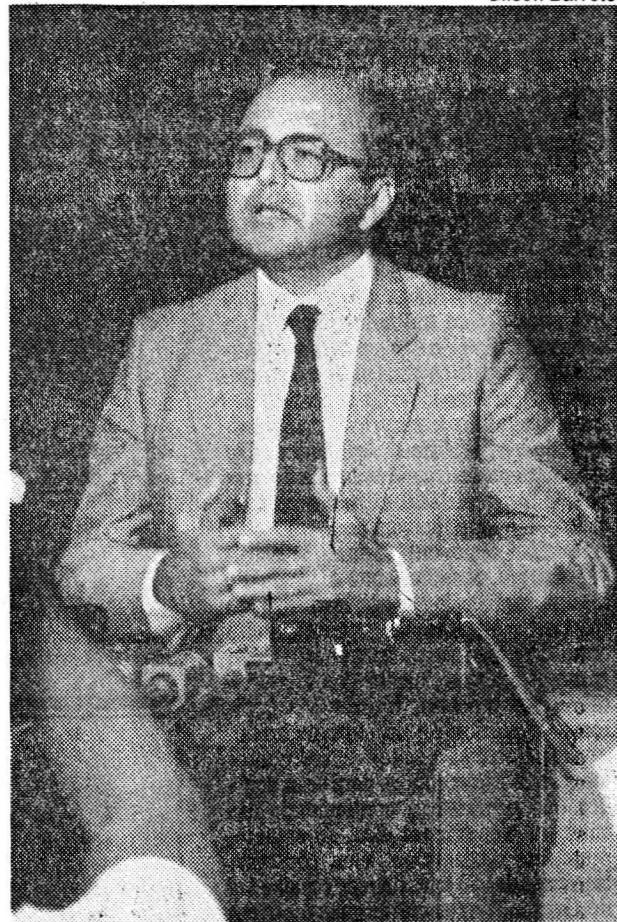
O total de liberações do Bird, Fundo Nakasone e bancos credores é de cerca de US\$ 4 bilhões, amarrados ao FMI. Caso não haja acordo, o Brasil gastaria esses US\$ 2 bilhões dos seus US\$ 6 bilhões em reservas cambiais, reduzindo consideravelmente a situação de seu caixa, em setembro. "Vamos preservar nossas reservas a todo custo", garantiu Maílson, ressaltando: "Mas, ao contrário das pessoas que apregoam o cataclisma em setembro, ainda estou otimista quanto a um acordo com o FMI. Nada garante que não haverá acordo com o Fundo."

O ministro da Fazenda explicou, porém, que se o Brasil vier a suspender novamente o pagamento dos juros aos bancos credores, isso será feito de forma diferente. O Brasil, citou Maílson, já fez seis moratórias ao longo de sua história, sendo que em apenas duas delas houve uma confrontação com a comunidade financeira internacional, em 1937 e 1987. Outro dado citado por Maílson: apenas na América Latina, neste momento, cinco países — Venezuela, Argentina, Equador, Peru e Bolívia — estão em moratória, silenciosa ou negociada, enquanto Brasil, México, Chile, Colômbia e Uruguai continuam

pagando normalmente os juros da dívida.

Maílson da Nóbrega pretende, se necessário, lançar mão de uma moratória através de negociação recheada de justificativas para argumentar economicamente a suspensão do pagamento dos juros aos credores. "Os próprios estatutos do FMI prevêem a suspensão do pagamento dos juros, desde que isso seja feito para preservar o nível das suas reservas cambiais. Agora, o que complica, é quando se utiliza desse processo de forma política", lembrou Maílson. "A própria Venezuela é um exemplo. Ela chamou os credores e disse: 'Olha, vocês me desculpem, mas não temos reservas e pedimos sua paciência para não pagarmos os juros até que nossos problemas internos se resolvam.' Depois dessa moratória negociada, a Venezuela assinou um acordo com o FMI."

Soja — O ministro da Fazenda lançou ainda um alerta aos produtores de soja que estão pressionando o governo a lançar um câmbio diferenciado para as exportações do produto. "A política cambial será unificada, e disso não abrimos mão. Não será um movimento nacional de produtores de soja que nos levará a incendiar o país com um câmbio duplo." Maílson afirmou que um país entra em rota de hiperinflação quando há desequilíbrio fiscal, dolarização da economia e esgotamento das reservas cambiais.



Maílson: O Brasil já teve seis moratórias